



FÓRUM
PERMANENTE SOBRE
POPULAÇÃO
ADULTA
EM SITUAÇÃO DE
RUA [RJ]

POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO
PROPOSTA PARA UMA NOVA REDE DE ATENDIMENTO

*Agradecemos às entidades que viabilizaram
a impressão desta publicação:*



POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO
PROPOSTA PARA UMA NOVA REDE DE ATENDIMENTO

Idealização e realização

**Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua
do Estado do Rio de Janeiro**

Organização, sistematização e redação

Jorge Vicente Muñoz

Produção e revisão

Luciano Rocco

Projeto gráfico e editoração

Luana Aguiar

Impresso no Rio de Janeiro em setembro de 2009

Tiragem: 500 exemplares

**Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua
do Estado do Rio de Janeiro**

Endereço para contato e correspondência:

Nova Pesquisa e Assessoria em Educação

Avenida Rio Branco, 37 – Sala 910

Rio de Janeiro / RJ

CEP: 20090-003

Tel.: 0/xx/21 2516 2037

E-mail: nova@novapesquisa.org.br

[Sumário]

INTRODUÇÃO	7
ANOTAÇÕES SOBRE O PERFIL DESSA POPULAÇÃO	9
Resgate histórico	9
Hoje em dia	9
RESPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL E GOVERNOS A ESSA SITUAÇÃO	10
Respostas higienizadoras	10
Respostas a necessidades imediatas	10
Em busca da inclusão social	11
OS ATUAIS TRABALHOS	12
Diagnóstico	12
Fragilidades e carências	13
UMA NOVA PROPOSTA	15
A abordagem	15
O espaço-dia ou “Casa de Acolhida”	16
Aportes para a inclusão: preparação cidadã	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18

**POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO
DE RUA NO RIO DE JANEIRO
PROPOSTA PARA UMA
NOVA REDE DE ATENDIMENTO**

*Jorge V. Muñoz, representante da Nova Pesquisa e Assessoria
em Educação no Fórum Permanente sobre População Adulta em
Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro*



I. INTRODUÇÃO

Equipamentos, serviços, atendimentos, ações diversas e até campanhas concretizam as propostas que pessoas e instituições – tanto da sociedade civil como dos governos - desenvolvem em resposta às demandas da população da qual aqui tratamos.

O presente texto focaliza rapidamente essa concretização ao longo da história do Rio de Janeiro, e se detém nos dias de hoje para analisá-la e oferecer uma nova proposta.

As informações e estudos que constituem as fontes deste documento são: o “Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua” encomendada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS (2007/2008); estudo (em andamento) da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação sobre os atuais equipamentos destinados ao atendimento dos/as moradores/as de rua (2008/2009); a pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDEC/RJ) sobre a incidência da tuberculose no mencionado segmento social (2008/2009) e, finalmente, o acúmulo de estudo e reflexão ao longo dos últimos 9 anos, produzido pelo Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro.

Em todos esses estudos foram colhidos os depoimentos das próprias pessoas em situação de rua, tanto internas nos equipamentos pesquisados como vivendo em praças, logradouros e ruas do município do Rio de Janeiro.

Para delimitar o alcance do que for dito a seguir e para efeito do presente trabalho, ao falarmos de população em situação de rua nos referiremos às pessoas que, provenientes na sua maioria dos segmentos populares e vivendo em situação de extrema exclusão social e vulnerabilidade, fizeram da rua sua casa, nela desenvolvendo suas relações e nela provendo – de diversas maneiras – seu sustento.

Convém destacar que o conteúdo deste texto decorre, por um lado, das propostas contidas no documento “Bases para uma política pública de inclusão social da população adulta em situação de rua no Estado do Rio de Janeiro” - já entregue às instâncias governamentais competentes -, particularmente no “Capítulo II Inclusão Social”. Por outro, do posicionamento analítico-propositivo que caracteriza o Fórum Permanente desde a sua criação.



II. ANOTAÇÕES SOBRE O PERFIL DESSA POPULAÇÃO

1. Resgate histórico

Baseados no estudo feito por Eriedna Santos Barbosa sobre as políticas públicas destinadas à mencionada população (de 1888 a 2005), que partindo da abolição da escravidão perpassa por diversas conjunturas históricas até desembocar na Nova República (a partir de 1985), é possível apontar três traços claramente recorrentes no perfil das pessoas em situação de rua.

Esses traços, presentes até hoje, são:

- A heterogeneidade dos grupos que constituem a chamada população em situação de rua. Merece destaque o grupo das pessoas com problemas de saúde física e/ou mental;
- A origem, na sua absoluta maioria, nas camadas populares.
- A precariedade extrema das condições de vida.

2. Hoje em dia

Aquela heterogeneidade ampliou-se ao mesmo tempo em que se diversificaram os fatores que influem na ida para as ruas: conflito familiar, desemprego, falta de moradia, problemas de saúde física e/ou mental, a expulsão de seus locais de moradia pelos agentes do tráfico de drogas.

Um traço apontado como decisivo pelas ciências sociais e que decorre daqueles fatores é a seqüência de rupturas de vínculos imprescindíveis (família/laços afetivos, trabalho, cultura) na construção da nossa identidade. Segue-se daí uma grave situação de risco e vulnerabilidade.

III. RESPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL E GOVERNOS A ESSA SITUAÇÃO

Podemos esquematizar tais respostas do seguinte modo:

1. Respostas higienizadoras

Nelas o pensamento determinante é: essas pessoas devem sair dos espaços públicos.

- **Os motivos:** contribuem com a desordem urbana, pois transformam os espaços públicos em privados; acabam produzindo uma impressão desagradável; intimidam os pedestres; precisam ser “ressocializados”.
- **Os procedimentos:** são diversos, desde o transporte obrigatório e até clandestino para outros locais e municípios, passando por arrastões e campanhas de retorno à terra natal, às vezes desembocando tragicamente na morte.

2. Respostas a necessidades imediatas

O pensamento determinante é: diante da fome, providenciar comida; do frio, um agasalho; do relento, o pernoite sob um teto.

- **Os motivos:** não podemos ficar de braços cruzados; nossos princípios éticos e religiosos.
- **Os procedimentos:** através de gestos pessoais ou ações institucionais, responder a essas demandas.

3. Em busca da inclusão social:

O pensamento determinante é: trata-se de resgatar a pessoa na sua totalidade: criar processos que dêem condições de resgate com vistas à cidadania.

- **Os motivos:** o estrago nessas vidas vai além da alimentação, da roupa, do pernoite. Nossos princípios éticos e religiosos não podem ignorar os avanços das ciências sociais.
- **Os procedimentos:** desenvolvimento de metodologias socioeducativas que, recriando vínculos e respeitando o protagonismo e autonomia dessas pessoas, contribuam para a participação efetiva na sociedade.

Digamos, para encerrar este item, que se o ponto central nos processos de exclusão vividos pelos/as moradores/as de rua é a ruptura de vínculos verdadeiramente vitais na nossa existência, quaisquer ações e propostas de atendimento dirigidas a essa população que não **reconstruam gradativamente** o que se quebrou, se arriscam a ficar na superfície.



IV. OS ATUAIS TRABALHOS

1. Diagnóstico:

Não nos deteremos nas “respostas de higienização” reeditadas de diversas maneiras desde 1888, e nas quais a discriminação é só um traço, porque além de colocarem em prática procedimentos típicos de tantos “apartheids”, ferem frontalmente os direitos humanos e sociais.

Digamos então, baseados nas informações obtidas nos estudos e pesquisas acima apontados, que cerca de 90% dos trabalhos e experiências junto às pessoas moradoras de rua no município do Rio de Janeiro, e provavelmente no nosso estado, se situam no que foi denominado de “respostas a necessidades imediatas”.

Finalmente é preciso destacar que há trabalhos em que nas relações que se desenvolvem, nos valores que se cultivam, nas atividades em que os participantes exercitam suas potencialidades, recriam-se sonhos e novos vínculos que encaminham o reencontro consigo mesmo, com a sociedade, com a cidadania.

Trata-se, porém, de experiências isoladas, com presença mais freqüente – no caso do município do Rio de Janeiro – em trabalhos da sociedade civil.

2. Fragilidade e Carências

É possível, num olhar panorâmico e analítico dos atuais trabalhos, apontar, digamos, fragilidades e carências substanciais.

- Ausência de uma política pública (porque construída com a sociedade civil organizada), baseada na efetiva co-responsabilidade das Secretarias de Assistência Social, Saúde, Trabalho, Habitação, Educação e outras, em consonância com a política pública apresentada recentemente pelo governo federal (maio/2009).
- Os serviços, atendimentos e equipamentos carecem de uma efetiva articulação que dê seqüência a uma proposta explícita e efetiva de inclusão social e que leve a superar a justaposição de trabalhos e esforços, sem configurar uma verdadeira rede.
- Desconhecem-se as grandes diretrizes metodológicas que dariam identidade e unidade às ações desenvolvidas pelo conjunto dos atendimentos e serviços.
- Existe um grave vácuo metodológico que inviabiliza quaisquer esforços de inclusão ao se transferir automaticamente o/a morador/a de rua do contexto da rua para um abrigo (ou equipamento semelhante). Pula-se a etapa imprescindível de resgate gradativo e criação de novos vínculos que constitui a ponte entre abordagem e a livre aceitação do dia-a-dia de um equipamento que prepare para o reingresso na vida cidadã. Trata-se de uma passagem que não se faz da noite para o dia.

- É preciso equacionar o desafio metodológico de equipamentos que abrigam grupos de perfis muito heterogêneos: diversas faixas etárias, desempregados, pessoas com sérios limites de saúde física e/ou mental.
- Com exceção dos seminários estaduais e jornadas promovidas pelo Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, raras vezes há espaços abertos para educadores/as e técnicos/as envolvidos/as nos serviços e equipamentos já apontados, que visem o debate e estudo das questões do dia-a-dia.
- Inexistem espaços de intercâmbio e aprofundamento das metodologias destinadas às pessoas com problemas de saúde mental (dependências químicas, esquizofrênicos e psicóticos), tendo como horizonte uma efetiva inclusão social.
- Esquece-se, às vezes, que em todos esses trabalhos **tudo deve ser educativo**: é preciso repensar prédios e instalações que negam quaisquer valores de dignidade, respeito, acolhimento.



IV. UMA NOVA PROPOSTA

Digamos, então, que as respostas àquelas fragilidades não equivalem a uma justaposição de encaminhamentos e ações sem quaisquer nexos. Devem fazer parte de uma estratégia ampla intimamente articulada que vai além de esforços pontuais e isolados.

Entendemos que o ponto central desta estratégia é uma reformulação substancial do conjunto de serviços, atendimentos e respectivos equipamentos destinados à mencionada população, acompanhada de outra proposta metodológica.

Isto porque se de um lado o atual conjunto responde a certas demandas desse segmento social, do outro, devido às fragilidades já apontadas, não constroem efetivas condições de retorno à vida cidadã, caso esta tenha acontecido.

Propomos, nessa reformulação substancial, processos intimamente relacionados em redor de três momentos complementares: abordagem, espaços-dia ou casas de acolhida e acompanhamento e finalmente, espaços de preparação cidadã.

a) A abordagem: é o primeiro passo do processo socioeducativo que terá continuidade no espaço-dia. Feita por uma pequena equipe de profissionais das áreas de Assistência Social, Saúde (física e mental) e Educação, num contexto de relações de respeito e confiança, visa conhecer gradativamente o/a morador/a de rua e suas demandas, propiciando o acesso a um atendimento de emergência, quando necessário, e apresentando, ao longo de diversos contatos, a “Casa de Acolhida” (espaço-dia) com sua finalidade e diversos serviços.

b) O espaço-dia ou “Casa de Acolhida”: é um local de referência que se caracteriza pelas relações de confiança e acolhimento. Enquanto espaço-dia, responde a diversas demandas do/a morador/a de rua (necessidades imediatas), mas no exercício da convivência e participação vai quebrando a rotina e contexto da rua, reacendendo expectativas, criando vínculos, e de diversas maneiras (nas relações, nas atividades, na co-responsabilidade) dando passos do reencontro consigo próprio e com os outros. É no diálogo e acompanhamento feito pelos profissionais responsáveis pelo acolhimento que aparecerão sinais e elementos que permitam sugerir encaminhamentos adequados na hora adequada. Superam-se assim as fragilidades de triagens feitas sem um conhecimento mais consistente das pessoas.

Sabemos que o CREAS e a proposta de políticas públicas do MDS apontam espaços semelhantes. Porém o espaço-dia que aqui propomos é mais do que um equipamento promissor. Ele faz parte de um processo em que, por um lado, dá continuidade ao itinerário que tem seu início na abordagem e por outro, ao enfatizar a criação de novos vínculos e aparecimento de novos horizontes, alicerça a passagem para a etapa de preparação direta com vistas ao reingresso na sociedade. Fora desse processo e no atual contexto de atendimento no Rio de Janeiro, o espaço-dia ou Casa de Acolhida corre o risco de ser mais um equipamento.

c) Aportes para a inclusão: preparação cidadã. Trata-se de um espaço de livre escolha do/a morador/a de rua no qual, após a experiência na “Casa de Acolhida”, decide assumir um dado período de preparação e capacitação em regime de internato, visando à preparação imediata com vistas ao dia-a-dia da vida cidadã. É nesse espaço que por um lado se firmam valores, relações e responsabilidades e, por outro, se faz a qualificação para entrar no atual mercado de trabalho. Há, no município do Rio de Janeiro e em algumas cidades do estado, não só alguns encaminhamentos que apontam nessa direção, mas também realizações bem sucedidas e com vários anos de experiência a serem sistematizadas e aprofundadas.

Retomando a proposta da estratégia ampla, pensamos que poderia ser testada numa área geográfica do município que reúna as características de um perfil inicial. É fundamental a capacitação dos profissionais que participariam desta experiência-piloto. Um grupo de trabalho intersetorial, com a participação de técnicos da sociedade civil, coordenaria a mencionada experiência.



V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de intersectorialidade (primeira fragilidade apontada: item IV, 2) é imprescindível no encaminhamento desta nova proposta. Sua inexistência inviabiliza não só a nova proposta, mas torna ineficazes os atuais esforços se o que se persegue vai além do imediato.

Consideramos que há reais condições, tanto na sociedade civil organizada como nas instâncias competentes dos governos municipais e estadual, de partirmos para essa reformulação das propostas tradicionais nascidas noutros contextos históricos.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2009.





FÓRUM
PERMANENTE SOBRE
POPULAÇÃO
ADULTA
EM SITUAÇÃO DE
RUA [RJ]

